

ALC POLICY BRIEF

Primera Competencia para América Latina y el Caribe



Manual Oficial da Competição de Policy Briefs da América Latina e do Caribe

1. O que é um policy brief?

Embora não haja uma única definição de *policy brief* (em português: “documento de política pública”), já que o conceito pode variar entre organizações e instituições, para os fins desta competição o definimos como um documento curto que apresenta um desafio de política pública e propõe uma solução de política baseada em evidências, com o objetivo de persuadir um público não especializado.

Em outras palavras, ele é uma ferramenta-chave para sintetizar os aprendizados derivados de pesquisas e evidências empíricas, explorar um problema e fornecer conselhos estratégicos (*policy advice*) para diversas partes interessadas dos setores público, privado ou da sociedade civil (por exemplo, todos os níveis de governo, ONGs, empresas, entre outros).

No contexto desta competição, é essencial ter em mente que seu *policy brief* deve ser sempre orientado à ação: seu principal objetivo é recomendar uma solução ou plano de ação específicos, buscando persuadir o público-alvo a adotá-los.

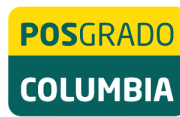
A seguir, apresentamos as principais seções que a sua proposta deve incluir.

2. Anatomia de um policy brief

Um *policy brief* deve ser estruturado estrategicamente para que um tomador de decisão ocupado consiga examiná-lo e encontrar as informações essenciais rapidamente. A seguir, apresentamos as seções que seu *policy brief* deve incluir, junto com a extensão aproximada recomendada para cada uma (o que pode variar para cada *brief*):

2.1 Cabeçalho e título

- **Título:** Conciso, cativante e descritivo. Ele deve ser mais focado na solução do que no problema. Por exemplo: “Encurtando distâncias: Expandindo



serviços de telessaúde mental para comunidades rurais no Departamento de Guajira, Colômbia”.

- **Público-alvo / Destinatários:** Indique explicitamente a organização ou o tomador de decisão específico a quem o documento se destina (por exemplo: “À Comissão Econômica de...”, “Ao Ministério do Meio Ambiente” ou “À Câmara Municipal de...”).

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

Não inclua seu nome ou qualquer tipo de identificação pessoal no documento do policy brief, para que possamos garantir o anonimato. Cada submissão receberá um número, que será associado aos dados pessoais fornecidos nos formulários de inscrição e de submissão.

2.2 Resumo executivo (aprox. 150 palavras)

Nesta seção, forneça uma rápida visão geral de todo o seu *brief*. Mantenha-a curta e concisa (idealmente, no máximo um ou dois parágrafos).

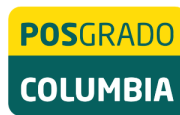
Para garantir o máximo impacto, este resumo deve incluir:

- **Uma frase de alto impacto que chame a atenção do leitor imediatamente.** Por exemplo: *“Embora as comunidades rurais de Dibulla, La Guajira, carreguem profundas cicatrizes psicológicas derivadas de décadas de conflito, mais de 90% de seus povoados montanhosos não têm acesso a um único profissional de saúde mental em um raio de quatro horas de distância”*.
- **O problema:** Uma declaração clara sobre a questão específica que você está abordando.
- **A recomendação:** Uma descrição breve e direta da solução que você recomenda.
- **O impacto:** Os resultados e benefícios esperados de sua recomendação, tanto a curto quanto a longo prazo.

Recomendamos que você escreva esta parte depois de finalizar o primeiro rascunho do seu *policy brief*.

2.3 Introdução (300 palavras)

A introdução é o seu gancho. Ela deve convencer imediatamente um leitor ocupado de que a questão é crítica e de que o seu documento tem a resposta. Assim como



você já fez no resumo executivo, defina o problema e sua importância e descreva brevemente a política recomendada.

DICA

Para tornar sua introdução mais envolvente, use uma abordagem em funil. Comece com o panorama geral da questão em nível macro e, em seguida, vá afunilando rapidamente até chegar ao problema, região ou população específicos em que seu policy brief se concentra.

2.4 Corpo do texto (1300 palavras)

O corpo é a seção mais longa do *policy brief*. Seu propósito é aprofundar tanto o problema quanto a solução proposta em detalhe. Ele inclui 3 elementos principais:

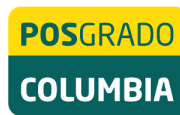
- **Análise do problema:** Aprofunde-se nas causas raiz da questão, embasando-se em dados e resultados de pesquisas.
- **Avaliação de alternativas de políticas (SOMENTE PARA A CATEGORIA 2):** Apresente e avalie os caminhos de ação possíveis usando critérios claros (por exemplo: custo, viabilidade, equidade ou impacto ambiental). Na seção 4, você encontrará mais informações e dicas sobre como abordar isso de forma estratégica.
- **Solução de política:** Este é o elemento central do seu *brief*. Articule de forma clara a solução escolhida. Explique por que ela é uma opção viável e qual mudança específica ela busca alcançar. Além disso, não esqueça de reconhecer as limitações da sua política escolhida, refutando-as quando possível, ou explicando por que sua solução é a melhor apesar dessas limitações.

2.5 Recomendações de política pública (200 palavras)

Uma vez que você tenha apresentado sua solução de política, descreva os passos concretos necessários para implementá-la. Forneça de 3 a 4 recomendações específicas e acionáveis em forma de lista, para leitura rápida. Para mais informações, [consulte a seção 6](#).

3. Definindo o problema

Uma boa definição de problema de política pública diz ao leitor exatamente o que está acontecendo, onde, com quem, e por que isso exige ação imediata. Para



conseguir isso, sua definição deve ser: concreta, específica e baseada em evidências.

Algumas perguntas que podem ajudá-lo a definir seu problema são:

3.1 Qual é o problema real no qual você está interessado, e quem está sendo afetado?

- Seja específico ao responder a essa pergunta. Não basta dizer que “o aquecimento global é ruim”. O correto é algo como “o aumento das temperaturas está reduzindo a produtividade agrícola de pequenos agricultores da região X”. Além disso, é crucial identificar quem ou o que está sendo afetado pelo problema ou desafio, sejam grupos populacionais específicos (grupos-alvo), setores econômicos, instituições ou o meio ambiente.

GLOSSÁRIO

Grupo-alvo: um grupo-alvo (ou população-alvo) é o conjunto específico de indivíduos, organizações ou comunidades para os quais uma política governamental é direcionada¹.

3.2 O que está causando esse problema? Por que ele está acontecendo?

- Tente pensar além do problema em si e identificar as razões por trás dele. Quais fatores estão contribuindo para essa questão? Eles podem ser sociais, econômicos, políticos, institucionais, culturais ou ambientais. Por exemplo, se o seu problema é o acesso precário a serviços de saúde mental em áreas rurais, as causas podem ser uma combinação de fatores, como a falta de financiamento, a escassez de profissionais para atender a essas regiões ou a baixa adesão decorrente de estigmas relacionados à saúde mental.

3.3 Quais são as evidências atualizadas sobre isso?

- Para ter uma definição do problema forte e baseada em evidências, você deve verificar e citar fontes atualizadas e confiáveis, tais como:
 - Dados oficiais: Estatísticas e bases de dados de governos locais, nacionais ou regionais
 - Literatura cinzenta: Relatórios de organizações regionais e internacionais (por exemplo: ONU, Banco Mundial, IDB)



- Meio acadêmico: Estudos revisados por pares, pesquisas de universidades e artigos acadêmicos
- Sociedade civil: Documentos técnicos (*white papers*), pesquisa de campo e relatórios de impacto elaborados pelo terceiro setor.

3.4 Por que isso importa agora?

- Pergunte-se: o que acontecerá se o tomador de decisão olhar para o seu *brief*, der de ombros e decidir não fazer absolutamente nada? Quais são os custos econômicos, sociais ou ambientais de esperar para resolver isso?

3.5 Quem pode fazer algo a respeito disso?

- Nem todos os atores da sociedade têm o mesmo poder, os mesmos recursos ou a mesma responsabilidade para enfrentar um problema público. Pense em quais instituições, organizações ou grupos realmente têm condições de agir sobre o desafio que você identificou.

3.6 Qual é a política atual (caso já exista uma que aborde essa questão) e como ela poderia ser aprimorada?

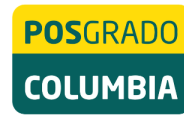
- Investigue as políticas ou programas atualmente em vigor e aborde explicitamente as lacunas, ineficiências ou falhas específicas que sua pesquisa revelou.

3.7 Quais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas específicas o seu projeto aborda?

- Para esta competição, seu *policy brief* deve estar alinhado a um ou mais dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. **Identifique qual(is) ODS o seu problema aborda (por exemplo, ODS 5: Igualdade de Gênero ou ODS 13: Ação contra a Mudança Global do Clima) e declare esse alinhamento explicitamente na sua introdução ou na seção de análise do problema.**

4. Alternativas de política: Encontrando uma solução para o seu problema

Agora que você definiu claramente o problema que deseja abordar, você precisa pensar em qual seria a melhor solução de política para resolvê-lo. Nas políticas públicas, sempre há muitas estratégias possíveis para resolver um único problema – e o processo de formulação de políticas envolve considerar as alternativas disponíveis e decidir pelo melhor plano de ação².



4.1 O que são instrumentos de política e quais existem?

Os instrumentos de política são os mecanismos que os governos implementam para alcançar seus objetivos de política³. Esses instrumentos dependem dos tipos de recursos disponíveis aos governos e podem ser divididos em quatro grupos (com base no referencial teórico de Christopher Hood^{2,3}):

- Instrumentos que se baseiam na informação ou no conhecimento do governo, como **campanhas de informação**, que são utilizadas para informar ou persuadir a população, com o objetivo de influenciar escolhas e promover mudanças de comportamento.

Exemplo: Uma campanha nacional de conscientização sobre isolamento social e os serviços públicos de saúde mental disponíveis em áreas rurais.

- Instrumentos que utilizam a autoridade do governo – sua competência para estabelecer regras e aplicar punições – incluem **legislação e regulamentações (normas, padrões, licenças, autorizações, certificações e outras exigências impostas a atividades sociais e econômicas)**.

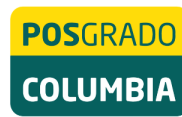
Exemplo: Uma nova lei que estabelece a oferta de serviços de saúde mental como uma obrigação do sistema nacional de saúde, o que anteriormente não era obrigatório.

- Instrumentos que distribuem os recursos financeiros do governo, como **subsídios (incentivos financeiros, financiamentos, fundos)** para incentivar ações, e **taxas e impostos** para desestimular comportamentos.

Exemplo: Oferecer reembolsos a profissionais de saúde mental por consultas realizadas em áreas rurais – tanto online quanto presenciais – para incentivar os profissionais a atender comunidades remotas.

- Instrumentos que se baseiam na estrutura organizacional do governo, como a **provisão direta de bens e serviços** (como por meio de políticas de saúde e educação), **organizações e empresas públicas** (que podem oferecer bens e serviços não disponibilizados por empresas privadas), **criação de mercados** (como por meio da concessão de licenças para serviços e privatizações) e **reorganização institucional**.

Exemplo: Criação de um novo programa de unidades móveis de saúde mental que envia equipes multidisciplinares em visitas programadas a comunidades rurais para oferecer consultas, sessões de terapia e medicamentos a populações com pouco acesso a serviços de saúde mental.



Agora você tem uma visão geral dos tipos de instrumentos utilizados pelos governos. Ao pensar em possíveis alternativas de política para o seu problema, você também pode considerar:

- políticas que já existem nesse contexto
- propostas que já foram feitas para abordar o problema
- medidas que já foram implementadas em outros lugares
- ampliações ou melhorias em políticas e programas existentes

Se você já tem uma ideia inicial de uma medida para resolver o problema que identificou, pense em que tipo de instrumento ela representa, que recurso governamental ela envolve (é provável que envolva mais de um) e quais outros instrumentos também poderiam funcionar.

Se você ainda não tem uma ideia, tente pensar na lógica por trás desses tipos de instrumentos e em como ela se relacionaria com o seu problema. Isso pode ajudá-lo a visualizar possíveis alternativas. *Por exemplo, se o seu problema é que a saúde mental em áreas rurais piorou drasticamente, talvez uma campanha de informação sobre os serviços existentes possa aumentar sua utilização. Talvez seja necessário ampliar a oferta de serviços por parte do governo, ou financiar grupos de apoio locais.* A seguir, discutiremos o processo de avaliação dessas opções e como escolher a mais adequada.

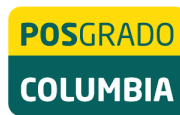
4.2 Por que comparar alternativas e como fazer isso bem

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

A discussão de alternativas de política é opcional para candidatos da Categoria 1 (Estudantes de Graduação) – não é necessário incluí-la no policy brief. **Somente os candidatos da Categoria 2 (Jovens Profissionais e Estudantes de Pós-Graduação) devem incluir isso em sua submissão.** Consulte o documento "Convocatória para Inscrições" para uma descrição completa dos requisitos e critérios de avaliação de cada categoria.

Convencer o seu público de que a sua solução de política é o melhor caminho a ser seguido não é uma tarefa fácil. Uma forma de fazer sua solução se destacar é discutir as vantagens e desvantagens de políticas alternativas.

Seu *brief* deve se concentrar em explicar seu problema e mostrar por que sua solução é a melhor para resolvê-lo. No entanto, analisar outras alternativas de política pode tornar seus argumentos mais sólidos e antecipar possíveis questionamentos dos leitores sobre as escolhas que você fez. **Para candidatos da**



Categoria 2, é obrigatório incluir uma discussão de duas (2) alternativas além da solução proposta.

Para estruturar essa seção, pense nas seguintes perguntas:

- O QUE são os prós e contras de cada uma dessas alternativas?
- POR QUE minha solução proposta é melhor do que as outras opções de políticas?

Certifique-se de estruturar essa seção do seu *brief* de forma que as três alternativas sejam apresentadas claramente e que essas duas perguntas sejam respondidas ao longo do texto. Isso é importante para que os avaliadores consigam identificar que você atendeu aos requisitos de avaliação.

A próxima seção o ajudará a avaliar suas opções por meio da definição de critérios de avaliação. Ao apresentar sua discussão, tenha cuidado: não destaque apenas os aspectos negativos das outras políticas para fazer sua solução **parecer** melhor; em vez disso, certifique-se de mostrar claramente ao seu público de que maneiras sua solução **é** melhor, a fim de convencê-lo a adotar e/ou apoiar sua solução.

4.3 Critérios de avaliação: Fazendo uma escolha

Os tomadores de decisão (*policymakers*) elaboram e escolhem implementar determinadas políticas por diversas razões, como restrições legais e de recursos, pressões e interesses políticos, conhecimento prévio sobre políticas e dados sobre medidas que funcionaram (ou não) no passado, além da percepção subjetiva dos tomadores de decisão sobre a medida, entre outras².

Portanto, possíveis soluções de política devem ser cuidadosamente avaliadas, considerando quais critérios e restrições são relevantes para o problema e a solução específicos em questão. Estabelecer os critérios relevantes para sua análise o ajudará a decidir qual alternativa é a melhor. Você deve começar definindo:

- Quais são os critérios relevantes para esse problema/solução?
- Qual é o nível de importância de cada um dos critérios?

Você não precisa incluir explicitamente seus critérios no seu *brief* para esta competição, mas deve usá-los para ajudar a construir sua análise e orientar suas escolhas. Considere, por exemplo, o que é mais relevante em relação ao seu problema e quais são os valores e prioridades do seu público-alvo, e tenha-os em mente ao desenvolver seus critérios.

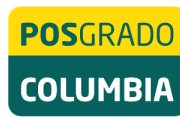
Para ajudá-lo a pensar sobre seus critérios, veja o exemplo abaixo:



- **Problema:** Baixos níveis de acesso a profissionais de saúde mental em áreas rurais.
- **Público:** Secretário do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde
- **Critérios relevantes:**

Critério	Justificativa	Importância
Eficiência	Para obter apoio político e ser viável considerando os recursos disponíveis no orçamento de saúde, o programa deve ser o mais custo-efetivo possível.	Alta
Equidade de acesso	A solução proposta deve estar disponível para toda a população que vive em áreas rurais e deve levar em consideração as necessidades de grupos ou áreas específicas, a fim de aumentar sua utilização.	Média
Logística e infraestrutura	Como algumas áreas onde o programa será implementado são remotas, a logística e a infraestrutura são critérios importantes na escolha da melhor alternativa de política.	Alta
Aceitabilidade pública	Considerar a opinião pública é importante – especialmente porque estigmas existentes em relação à saúde mental podem afetar a utilização do serviço. O desenho da política e a forma como o programa é apresentado devem levar isso em conta.	Média
Acesso a serviços de saúde mental	De que maneiras e em que medida o acesso será melhorado para a população rural? O quanto cada alternativa de política entrega esse resultado esperado?	Alta

Se você quiser mais orientações sobre isso, recomendamos a publicação da OCDE de 2021 "*Applying Evaluation Criteria Thoughtfully*"⁴. Essa publicação define seis critérios centrais de avaliação (relevância, coerência, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade) como "lentes" flexíveis, pensadas para serem adaptadas a qualquer contexto. Embora nosso exemplo utilize termos mais específicos para definir os critérios, contextualizando-os, eles funcionam como formas adaptadas de medir as categorias mais amplas da OCDE. Essa abordagem reconhecida permite que você aborde problemas de política únicos, ao mesmo tempo em que baseia seu



trabalho em um referencial sólido. Você também pode explorar abordagens adicionais junto com esse método.

5. Sua solução de política: Estruturando sua proposta

Agora que você considerou as alternativas disponíveis, pensou nos critérios mais importantes para decidir seu plano de ação e escolheu sua solução proposta, você deve declarar e apresentar claramente a solução escolhida (sua proposta). **Isso é, em termos simples, O QUE você acredita que deve ser feito para enfrentar seu problema e por que essa é uma opção viável.**

5.1 Apresentando sua solução

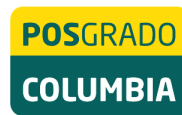
O objetivo de um *policy brief* é persuadir o público – os tomadores de decisão – a adotar a política proposta. Por isso, a apresentação da sua solução proposta dentro do *brief* deve ser bem estruturada e clara, explicando o que a política envolve, como ela funcionará, por meio de quais mecanismos resolverá o problema discutido e por que ela é a melhor estratégia disponível. Você pode decidir a melhor forma de apresentar sua solução, mas certifique-se de que ela seja clara e capaz de convencer seu público-alvo a apoiar sua ideia.

Veja abaixo dois exemplos curtos de como enquadramentos fracos e fortes da mesma solução de política podem se parecer – mostrando como a especificidade e uma boa estrutura fazem diferença na hora de apresentar uma ideia.

- **Fraco:** "Oferta de consultas à população rural por meio do envio de mais profissionais de saúde mental aos municípios"
- **Forte:** "Criação de um programa de unidades móveis de saúde mental que envia equipes multidisciplinares em visitas programadas a comunidades rurais a cada 2 semanas para oferecer consultas, sessões de terapia e medicamentos a populações com pouco acesso a serviços de saúde mental"

5.2 Reconhecendo limitações

Embora você precise convencer seu público a apoiar sua solução de política, não é necessário fingir que ela é perfeita. Como discutido anteriormente, reconhecer outras possibilidades na verdade fortalece seu argumento, pois mostra que você pensou seriamente sobre os *trade-offs*. Como coloca Herman, a credibilidade de um analista de políticas depende de sua capacidade de identificar e lidar com contra-argumentos⁵. A técnica consiste em reconhecer as fraquezas brevemente e depois refutá-las ou qualificá-las: explique por que cada limitação é gerenciável, é



superada pelos benefícios ou pode ser contornada por meio do desenho da implementação.

6. As recomendações

Depois de avaliar o problema, ponderar suas opções e encontrar sua solução de política, você chega ao coração do *policy brief*: a redação das recomendações. Essa é uma parte fundamental, pois é onde sua análise se transforma em ação. Da mesma forma que sua solução de política responde **O QUE** fazer, as recomendações estabelecem **COMO** fazê-lo. Algumas pessoas subestimam a importância dessa seção, mas um *policy brief* é, no fim das contas, um documento persuasivo que busca convocar à ação⁶. Portanto, uma análise sólida acompanhada de recomendações vagas ou irrealistas dificilmente chamará a atenção de um tomador de decisão e não cumprirá o propósito de um *policy brief*.

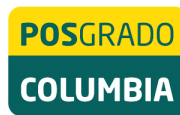
6.1 Da análise à ação

Uma recomendação não é o mesmo que uma conclusão ou uma sugestão. Uma conclusão resume o que as evidências mostram, e uma sugestão explica o que pode acontecer. Uma recomendação, por outro lado, declara o que deveria acontecer para alcançar sua solução de política, de forma clara e específica. As recomendações são os passos práticos que precisam ser tomados para implementar a opção de política escolhida e defendida¹. Seu *brief*, e em particular sua solução de política, deve construir o caminho até suas recomendações, e não apenas traçar o estado e o histórico da questão que você está tentando abordar⁵. Ou seja, uma recomendação precisa se alinhar à direção do seu *brief* e seguir a solução que você acabou de apresentar.

6.2 Seja específico, fundamentado e acionável

Recomendações vagas são a fraqueza mais comum em *policy briefs*. Uma recomendação bem formulada nomeia um ator específico, descreve uma ação concreta, indica um mecanismo e evita generalizações sobre as quais não é possível agir⁵. Ou seja, elas possuem:

- **Comprometimento:** Um *brief* que termina em "depende" não cumpriu seu papel. As evidências podem ser complexas, mas você deve se comprometer com um plano de ação e explicar por quê.
- **Responsabilização:** Considere o ator que deve tomar a ação, que, geralmente, estará conectado a quem você está direcionando a política. "Algo deveria ser feito" não é uma recomendação.



As orientações da FAO enfatizam a importância de manter a lista de recomendações curta e vinculada às evidências⁷. Para esta competição, exigimos no mínimo 3 e no máximo 4 recomendações específicas como critério de avaliação. Como exemplo de recomendações, compare:

- **Fraco:** “As autoridades deveriam resolver a falta de serviços de saúde mental em áreas rurais.”
- **Forte:** “O Ministério da Saúde deveria, primeiramente, concentrar-se em alocar uma parcela maior do orçamento de atenção primária para centros comunitários de saúde mental em municípios com menos de 20.000 habitantes, a fim de garantir melhor acesso a esses serviços em áreas remotas.”

A segunda versão diz a alguém como fazer e por quê. Ela pode ser posta em prática, debatida e acompanhada, enquanto a primeira versão não pode.

6.3 Leve em conta o contexto de implementação

Assim como ocorre nas soluções de política, uma recomendação que ignora a realidade política e institucional corre o risco de ser analiticamente correta, mas irrelevante na prática. Analistas de políticas devem considerar se os tomadores de decisão irão adotar e implementar a política⁸. Antes de finalizar sua recomendação, tente se perguntar novamente: Quem tem autoridade para implementá-la? Quais atores provavelmente resistirão, e por quê? Que condições precisariam existir para que a recomendação se tornasse realidade? Você não precisa resolver todos os desafios de implementação, mas deve mostrar ao leitor que compreende o contexto ao qual sua recomendação se aplica.

7. Estilo, Tom e Apresentação

Em um *policy brief*, a apresentação faz parte do argumento. Você pode ter uma excelente análise, mas se não conseguir atrair o olhar do leitor, não conseguirá persuadi-lo.

7.1 Tom: técnico, porém acessível

O estilo de um *policy brief* pode ser posicionado entre a escrita acadêmica e o jornalismo. Evite o jargão acadêmico e o formato de revisão de literatura, mas também os floreios emocionais e retóricos do jornalismo. Seu leitor/público-alvo é um grupo de tomadores de decisão ocupados, portanto, mesmo que você esteja lidando com um tema técnico, a linguagem do *brief* deve ser acessível a uma ampla variedade de leitores⁶. Antes de enviar, leia seu rascunho como se você fosse o



destinatário, e corte ou defina qualquer termo que pareça muito rebuscado⁵. Recomendamos pedir a alguém que não seja tão familiarizado com a área que leia o texto e lhe dê um retorno.

7.2 Estrutura e subtítulos

Ter uma estrutura clara no seu *policy brief* é extremamente importante. O leitor precisa conseguir percorrer o documento de acordo com seus interesses e propósitos, por isso recomenda-se usar títulos de seção claros e específicos, subseções, dados em tabelas ou gráficos e marcadores quando necessário⁶. Procure fazer com que os subtítulos sejam informativos e conectados ao seu texto, e não genéricos.

7.3 Recursos visuais

Tabelas, gráficos e diagramas são esperados em um bom *policy brief*. Um recurso visual claro pode comunicar de forma mais eficiente do que o texto, mas ele precisa conquistar seu espaço sendo relevante e ilustrando diretamente seu argumento. Além disso, é importante não sobrecarregar seu *brief* com imagens, pois isso pode ter o efeito contrário e tornar a leitura menos fluida. Por fim, certifique-se de que todos os recursos visuais sejam originais, tenham licença livre, contenham a devida citação e/ou sejam usados com autorização explícita. Quanto ao texto, é importante que ele seja legível e claro. Portanto, nesta competição **exige-se o uso da fonte Times New Roman, tamanho 12, com espaçamento entre linhas de 1,5.**

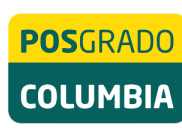
7.4 Referências

Todas as evidências, fatos e estatísticas citados devem ser referenciados usando o estilo [Vancouver/AMA](#) ou o estilo APA ([Inglês](#), [Espanhol](#)). Evite citar um URL isolado no corpo do texto e sempre inclua e verifique o autor, o título, a fonte e a data. **É exigido um mínimo de 10 referências para este *policy brief*.**

8. Exemplos de policy briefs

Para ajudar você a visualizar como um *policy brief* pode se parecer, selecionamos alguns exemplos de *briefs* publicados. Vale ressaltar que esses exemplos não necessariamente atendem a todos os requisitos específicos desta competição; eles servem para ilustrar variações de estilo, formatação, extensão, temas e abordagens argumentativas. Dê uma olhada neles e inspire-se!

DISPONÍVEL EM INGLÊS



- International IDEA. (2016). *Supporting peace in the Americas: Lessons from the Organization of American States* (Policy Brief). International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
<https://www.idea.int/sites/default/files/publications/supporting-peace-in-the-americas-lessons-from-the-organization-of-american-states.pdf>

DISPONÍVEL EM ESPANHOL E INGLÊS

- Galán-Muros, V., & Roser-Chinchilla, J. (2024). *Indicadores prioritarios en los planes de educación superior: del monitoreo a la prospectiva* (Policy Brief). Serie Análisis PES, UNESCO IESALC, número 3.
https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000391349_spa
- Mendigutxia, A. (2024). *El papel de la educación superior en las estrategias nacionales de inteligencia artificial: una revisión comparativa de políticas* (Policy Brief). UNESCO IESALC, Serie Análisis de Políticas de ES.
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000392038>

DISPONÍVEL EM ESPANHOL

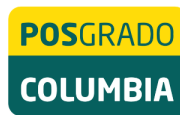
- Instituto de la UNESCO para el Aprendizaje a lo Largo de Toda la Vida. (2017). *Involucrar a las familias en la alfabetización y el aprendizaje* (Notas sobre política del UIL n.º 9). UNESCO Institute for Lifelong Learning.
https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000249463_spa

DISPONÍVEL EM PORTUGUÊS E INGLÊS

- Bender, M. G., Longo, G. O., Luza, A. L., Aued, A., Segal, B., Ferreira, C. E. L., Cordeiro, C. A. M. M., Dambros, C., Vila-Nova, D., Barneche, D. R., Pinheiro, H., Quimbayo, J. P., Gonçalves, L., Eggertsen, L., Dias, M., Hanazaki, N., Luiz, O., Jr., Magris, R., Francini-Filho, R., ... Floeter, S. R. (2023). *Como garantir o futuro dos recifes brasileiros? Ações regionais no contexto de impactos globais*. SinBiose/CNPq.
https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/sinbiose-1/pdfs/Brief_REEFSYN_PORTTELA.pdf
 - English URL:
https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/sinbiose-1/pdfs/Brief_REEFSYN_ENGTELA.pdf

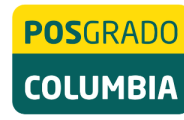
DISPONÍVEL EM PORTUGUÊS

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2021). *Atlas da violência 2021* (Em Questão: Evidências para políticas públicas, N.º 8) (Policy Brief).
<https://www.ipea.gov.br/porta/categorias/134-policy-brief-em-questao/8498-policy-brief-em-questao-evidencias-para-politicas-publicas>



Este Manual foi elaborado pela Fundação Pharos como parte da Competição de *Policy Briefs* para a América Latina e o Caribe, organizada em conjunto com a REDLATAMPP e a escola de governo da Universidad Columbia del Paraguay. Seu uso para fins acadêmicos é autorizado, desde que a fonte seja citada. Para qualquer outro uso, é necessária autorização prévia por escrito dos organizadores.

Citação sugerida: Lain Pagot, J.; Martinez, P., & Riera, C. (2026). *Manual Oficial da Competição de Policy Briefs da América Latina e do Caribe*. Fundação Pharos, REDLATAMPP e Escola de Governo da Universidad Columbia del Paraguay.



REFERENCES

¹Anderson, R. (2024). The target group of policy. *Local Government Studies*, 51(3), 500–523. <https://doi.org/10.1080/03003930.2024.2406267>

²Capella, A. C. (2018). *Formulação de Políticas Públicas*. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3332>

³Bali, A. S., Howlett, M., Lewis, J. M., & Ramesh, M. (2021). Procedural policy tools in theory and practice. *Policy and Society*, 40(3), 295–311. <https://doi.org/10.1080/14494035.2021.1965379>

⁴OECD. (2021). *Applying Evaluation Criteria Thoughtfully*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/543e84ed-en>

⁵Herman, L. (2018). *Tips for Writing Policy Papers: A Policy Lab Communications Workshop*. Stanford Law School. <https://law.stanford.edu/wp-content/uploads/2018/04/White-Papers-Guidelines.pdf>

⁶Young, E., & Quinn, L. (2002). *Writing Effective Public Policy Papers: A Guide for Policy Advisers in Central and Eastern Europe*. Local Government and Public Service Reform Initiative, Open Society Institute. <https://caw.ceu.edu/sites/caw.ceu.edu/files/attachment/basicpage/116/writingeffectivepublicpolicypapersyoungquinn.pdf>

⁷Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). (2011). Preparing policy briefs. In: *Food Security Communications Toolkit*. FAO. <https://www.fao.org/4/i2195e/i2195e03.pdf>

⁸Munger, M. C. (2000). *Analyzing Policy: Choices, Conflicts, and Practices*. W.W. Norton & Company.